

**Acción
Realista**

**revista
quincenal**



A SERIE
DE
PERFUMARIA
«Pompadour»

Constitue o nosso orgulho de fabricantes

Agua de Colonia «Pompadour»
Brilhantina crystalizada «Pompadour»
Dentifricios «Pompadour»
Essencia «Pompadour»
Loção «Pompadour»
Pó de arroz «Pompadour»
Sabonete «Pompadour»
Shampoo «Pompadour»

Brevemente: Crème «Pompadour»

Thomaz Mendonça, Filhos, Limitada

43, Calçada do Combro, 47

LISBOA

Telephone C. 105

ACÇÃO REALISTA

REDACTOR PRINCIPAL : ERNESTO GONÇALVES

Redacção e Administração RUA DA BARROCA, 59, S/LOJA	EDITOR Antonio Ferreira Júnior	Assinaturas (Pagamento adiantado) SÉRIE DE 10 N.º — 10\$000 RÉIS Numero avulso — 1\$000 réis
--	-----------------------------------	--

O livro do Snr. João Franco

Noutro logar (*Epocha*, 10 de Agosto) fazemos as considerações que entendemos sobre a personalidade de El-Rei D. Carlos, tal como ella se nos desenha nas quatorze cartas que o snr. João Franco acaba de publicar. Reservamos para as columnas desta Revista os comentarios que nos sugere a parte propriamente politica do volume do seu ultimo primeiro ministro.

Não pensa, o snr. João Franco, como nós. Para s. ex.^a são principios justos certas afirmações que para nós não passam de erros perigosos — como aquella de Herculano sobre terem todos mais razão do que um só. Quero crêr que o snr. João Franco não reflectiu, ao acceitar essa enormidade de Herculano. Entende s. ex.^a que as Dictaduras são de sua natureza rapidas e transitorias. Contra o aristocratismo de um Carlyle ou de um Nietzsche, o snr. João Franco arvora um democratismo ficticio. Fia o snr. João Franco a salvação do Paiz, do poder e da lisura do voto. Por todos estes motivos, o snr. João Franco está muito longe de nós. E no entanto, o seu livro é a mais formosa justificação das nossas doutrinas, porque é um repositorio de factos todos levando á condemnação do systema monarchico vigente em 1910.

Por mais duma vez o tenho dito: os servidores da monarchia de 1910 não são *pessoalmente* responsaveis pelo descalabro progressivo do Paiz nos ultimos cem annos. Elles foram victimas do systema politico introduzido em Portugal, em 1820, contra todas as indicações da tradição portugueza e das conveniencias nacionais. Os monarchicos, autores mediatos, longinquos, do Regicidio, e collaboradores activos, mas distantes, ou distantes, mas activos, dos republicanos, na obra da destruição da Monarchia, não são, *pessoalmente*, responsaveis por essa obra criminosa: elles são victimas do systema politico em que viviam. O sr. João Franco, sem querer, insurge-se contra os adversarios de El-Rei D. Carlos. E' injusto. Segundo o nosso ponto de vista, o ponto de vista anti-liberal, anti-democratico, anti-constitucional, o ponto de vista reaccionario, auctoritario, tradicionalista, realista, El-Rei D. Carlos, assumindo a attitude nobilissima que assumiu e fica documentada nas admiraveis 14 Cartas ora publicadas, foi um grande Rei, um dos maiores reis da sua dyuastia. Mas, segundo o criterio constitucional, liberal, democratico; segundo os principios da Carta Constitucional, e as theorias dos malfeitores que as introduziram entre nós, segundo o criterio do systema politico vigente em 1907, El-Rei D. Carlos sabiu fóra da lei, collocou-se fóra das disposições constitucionaes, foi um violador da intangibilidade da Democracia. Como, para nós, «salvem-se as colonias, embora se

percam os principios» El-Rei D. Carlos bem merece da Patria, porque quiz salvar-a; mas para os partidos monarchicos, como para todos os partidarios da Democracia, «percam-se as colonias, mas salvem-se os principios», — e, nessa hypotese, D. Carlos mereceu a sua hostilidade. Para nós, o Rei é o Rei: o poder vem-lhe de Deus e da tradição historica; é de origem divina e de origem historica. Para os partidos monarchicos, que são democraticos, liberais e partidarios da soberania nacional, o Rei é um delegado da Nação, e o seu poder vem-lhe da Nação. Por isso, para nós, El-Rei D. Carlos andou muito bem, e dentro da esphera legitima das suas attribuições; mas para os partidos monarchicos, andou muito mal, e exorbitou. Quando os partidos monarchicos, no seu combate a El-Rei D. Carlos, bradavam, no auge da sua indignação democratica:—*tudo, menos isto!* os partidos monarchicos eram logicos, dentro do seu criterio constitucional, liberalista e democratico. Quando os monarchicos, pela voz do sr. Julio de Vilhena, auguravam: «isto acaba por uma revolução ou por um crime!» os monarchicos sabiam bem o que diziam e faziam — mas estavam dentro das boas normas e dos bons principios liberais e constitucionais.

Entre o Rei, esforçando por salvar a Nação á custa dos principios constitucionais, e a Constituição respeitada e acatada á custa dos interesses da Nação, — os partidos monarchicos logicamente se collocaram a favor da Constituição e contra o Rei. Para El-Rei D. Carlos, havia, nessa alhada, uma unica consideração a attender: o interesse nacional. Elle vivera constitucionalmente, e com os partidos politicos, largos annos. Que resultados colhera? Elle o diz na sua primeira carta: «ha muito a fazer, e temos, para bem do Paiz, que seguir por caminho differente daquelle trilhado até hoje». Elle o confirma na sua segunda carta, quando se refere a «este nosso tão bom, mas até hoje (poenitet me) tão mal tratado paiz». E' perante esses resultados, que El-Rei resolve a obra saneadora, não recuando deante da lucha «ainda que a lucha seja rude e aspera, porque aqui mais do que nunca parar é morrer e eu não quero morrer assim» (3.^a carta). Se para El-Rei só o interesse nacional existia, para os partidos monarchicos só existia o respeito, aliás serodio, pela Constituição, pela Liberdade, pela Soberania popular! E' por isso que chego a não compreender bem a sympathia com que foram acolhidas agora as cartas de El-Rei D. Carlos, por parte dos monarchicos seus adversarios em 1907. Essa sympathia traduz um remorso, uma penitencia, o reconhecimento do mal que andaram, do mal que fizeram, do auxilio que prestaram ao crime? Então, não tentem restabelecer o systema politico de 1910. Mas se proclamam o regimen vigente em 1910 como sendo aquelle que deve restaurar-se — como havemos de compreender os seus louvores á memoria de El-Rei D. Carlos, victima desse mesmo systema e dos que, por amor do systema, o combateram, com todas as armas, desde a perfidia á calumnia? Nós pegamos neste livro do sr. João Franco, e, apontando-o a El-Rei, dizemos-lhe: «*Senhor, veja Vossa Magestade a situação a que querem reconduzil-o os que querem fazer de Vossa Magestade um Rei Constitucional, escravo das ambições dos partidos, das conjuras dos grupos, e da demencia parlamentar. Repare Vossa Magestade: ou, então, se mantém dentro das boas normas constitucionais, e o Paiz vai para o fundo, ou Vossa Magestade quer imitar o gesto admiravel de Seu Pai, e espera-o, Senhor, em nome da Liberdade e da Democracia, por amor da Constituição, ou a revolução que o deponha, ou o crime que o elimine!*»

Não podemos dizer isto, e dizemol-o. Andamos aqui a dizel-o ha muito tempo, e, por mim, ha muitos annos que o digo. Porque entre monarchico que serve a Republica,

e republicano *tout court* — não hesito : prefiro ser republicano. O Constitucionalismo é a ponte de passagem para a Republica. A Monarchia constitucional é a ante-camara da Republica, é a vanguarda da Republica, é o advento que annuncia a Republica. A Monarchia constitucional vai a abrir caminho, a preparar o terreno, a fazer a educação civica, a crear o cidadão, a afastar os ultimos embaraços. A Republica vai atraz, a receber, a colher os resultados da acção da Monarchia constitucional. . .

Não. Assim não, Meu Senhor ! Para lhe crearmos uma situação preparatoria de nova Republica, de nova catastrophe democratica, não conte Vossa Magestade conosco, porque nós temos o dever de defender o Rei, porque entendemos que é no Rei que está a salvação do Paiz.

O livro do snr. João Franco é uma peça inteiriça. E mal andam os que, por conveniencia, o dividem em duas partes : a das cartas de El-Rei D. Carlos e a da obra politica do ministerio João Franco. A unica divergencia que ha entre o Rei e o seu primeiro ministro, recae sobre a oportunidade de regular, fóra do Parlamento, a questão dos adeantamentos á Casa Real. Tirado esse problema, a concordancia é permanente, inteira, absoluta. O Rei e o Ministro estão intimamente ligados pela idéa alta de salvar o paiz. Elles querem sanear a administração, clarificar a politica, restaurar as energias da Nação. Têm, contra elles, os republicanos e os monarchicos. Isso não os amedronta. E o Rei escreve : «sem lucta, não ha prazer em vencer, e a victoria sem combate e combate serio, nunca é uma victoria duradoura, e nós o que ambicionamos é fazer obra que fique» (4.^a carta). Mas, talvez, porque os conheça melhor, porque mais de perto com elles tivesse lidado, o Rei não quer que a questão dos adiantamentos irrite mais as partidos monarchicos ; e então deseja que ella seja tratada com o Parlamento aberto. Era de parecer contrario, o sr. João Franco, e as suas razões são de peso, principalmente essa do escandalo parlamentar que tal problema havia de produzir. O decreto que resolvia a questão sabiu em 30 de agosto — e a obra do Rei e do ministro continúa, o que demonstra que a divergencia não era tão fundamental que podesse separar os dois collaboradores.

Temos, pois, que ou se acceita integralmente a Dictadura franquista, ou se condemna integralmente. Separar o Rei do seu ministro não é possivel.

Que licções se colhem dessa Dictadura ? Que licção nos fornece a leitura do livro do snr. João Fran o ? Muitas e variadas licções. Complexas e simples. Para hoje e para o futuro. Resumamo-las todas, e digamos que a Dictadura franquista, agora completamente esclarecida nos seus fundamentos essenciaes e nos seus alicerces, nos ensina que o regimen dos partidos politicos é estruturalmente contrario ao interesse nacional, e que esses partidos, entre as suas conveniencias e a conveniencia do Paiz, não hesitam em sacrificar estas para bem daquellas. Ensina-nos mais que é mais facil levar os partidos monarchicos a acamaradar com os partidos republicanos, em homenagem á Democracia, do que a hostilizar a Democracia, por amor do Rei e da Nação. Ensina-nos ainda que ha mais afinidade entre os partidos monarchicos e os partidos republicanos, do que entre os partidos monarchicos e o Rei. Ensina-nos finalmente que o *systema* parlamentar, democratico, liberalista, constitucional foi, de facto, a condição essencial para o estabelecimento do regimen republicano, e que, portanto, até, como homenagem á memoria de El-Rei D. Carlos, a Monarchia a estabelecer em Portugal, deve ser a Monarchia organica, tradicional, anti-parlamentar.

Pontos nos ii

A «O DIA»

O jornal «O Dia» de 22 de abril do corrente ano, recusando-se a inserir uma nota oficiosa do nosso movimento, alegava que se abstinha, por a julgar prematura e inoportuna, «de qualquer discussão doutrinaria sobre o futuro sistema politico emquanto a republica estiver viva.» Não entendemos assim, mas respeitamos o modo de ver de «O Dia» e o seu liberalismo impenitente, mantendo com o brilhante diario vespertino as melhores relações. De resto, sendo o jornal do sr. Moreira de Almeida daquele parecer, abstinemo-nos sempre de o envolver em qualquer discussão, confiados, é claro, em que «O Dia», de acordo com o seu criterio, fugiria de obrigar os adversarios doutrinarios a tersar armas com ele. Mas, senhores, não succede assim. Embriagado com o que supôs ouvir ler na mensagem de El-Rei relativo á Carta Constitucional, e com a comemoração de mais um aniversario do longinquo e esquecido «24 de Julho», «O Dia» sai-se da sua abstenção e arruma-nos uma trepa que, se não era para nos fazer sair á estacada e dizer de nossa justiça, era pelo menos para nos deixar sem sinal de vida, como os seus amigos «liberais» deixaram o infortunado general Teles Jordão nesse nefasto dia que o horrendo Aterro comemora. Não! Isso não! Se «O Dia» não quiere discussões, não nos desafie. Se nos desafia, embora com *indirectas*, ha-de ouvir-nos. Discutiremos de luva branca, como pessoas que se prezam, mas havemos de discutir.

Diz «O Dia» que na assembleia de 22 de junho, o sr. D. Tomás de Vilhena leu as instruções de El Rei «perante todas as entidades expressamente indicadas por Sua Magestade», para as ouvir. Parece-nos que «O Dia» logo aqui se engana. Não sabemos quem S. M. indicou para conhecer aquele documento, mas sabemos que, tres dias passados, o sr. D. Tomás de Vilhena convidava a Comissão Executiva da Acção Realista a ir a sua casa ouvir ler as instruções de El-Rei. Faz mal «O Dia», em trazer novamente o Rei para a discussão. Mas, já que o trouxe, diremos que o sr. D. Tomás de Vilhena, nosso adversario no campo da doutrina politica, é pessoa correctissima, que não podia ofender a Acção Realista e muito menos desobedecer a El Rei. Se El-Rei indicasse a A. R. para conhecer tambem as suas instruções, era S. Ex.^a incapaz de a excluir, se El Rei a eliminasse da sua enumeração taxativa, era S. Ex.^a incapaz de ultrapassar as indicações de S. M., incluindo-a. Andou, portanto, precipitadamente «O Dia» afirmando que na reunião de 22 de julho ultimo estavam presentes «todas as entidades» que El-Rei indicara para ouvirem as suas instruções. Não estavam. Faltava a Acção Realista, organização autónoma, directamente subordinada ao Logar-Tenente de El-Rei, por determinação expressa no documento de 24 de Janeiro do ano corrente; porque os monarchicos anti-liberais, a não ser por comodismos torvos, não podem estar na Causa Monarquica, que é de todos. senão onde não sejam entravados na sua propaganda e na sua acção.

Fala depois «O Dia» em unidade monarchica. Como é que «O Dia» se atreve a

falar em *unidade monarchica* quando, linhas atraz, afirma que «o sistema politico da Monarquia, na futura Restauração, será a Monarquia Constitucional»? E, positivamente por troça, mais abaixo acrescenta: «Dentro da Causa Monarchica cabem *todas* as correntes de opinião, desde a extrema-direita á extrema-esquerda». Imaginará «O Dia» que os monarchicos tradicionalistas inscritos na A. R., e ainda alguns que o não estejam, se conservam dentro da Causa Monarchica para fazer a Monarquia Constitucional «que será o sistema politico da Restauração»? Nessa hipótese, ou «O Dia» ou nós seríamos lamentavelmente ingenuos!

Aqui ha um equívoco que é necessario desfazer duma vez para sempre para evitar estas «ingenuidades» e confusões. El-Rei — num excesso de escrupulo, a nosso ver, — considera-se ainda ligado ao juramento á Carta. Respeitamos esse escrupulo e esse juramento porque respeitamos El-Rei. Mas a Causa Monarchica nada tem que ver com a ligação desse juramento, que representa um escrupulo meramente pessoal e nunca uma questão de principios. Na Causa Monarchica ha duas correntes doutrinaarias distintas: a constitucional e a anti-liberal. Se amanhã, numa Restauração, triunfasse a primeira, as Cortes Gerais, convocadas liberalistamente, considerariam em vigor a Carta Constitucional, e a Carta continuaria a ser o código politico da Monarquia da Restauração enquanto os monarchicos nacionalistas não conseguissem bani-la ou um segundo 5 de outubro não fizesse a segunda republica, que era o mais provavel. . . Se, inversamente, triunfar a segunda, então, os restauradores não quererão saber de Carta Constitucional para nada. Convocar-se-ão as Cortes Gerais organicas, onde estejam representadas as regiões e as profissões, que confirmarão a legitimidade da Monarquia, como as Cortes reunidas em 23 de junho de 1828 confirmaram os direitos de El-Rei D. Miguel e restauraram as genuinas instituições portuguezas.

Sem sofismas, o que se poderá passar é isto, e é nestas condições que os monarchicos tradicionalistas se encontram organizados e disciplinados dentro da Causa monarchica. Igualdade de situação para liberaes e anti-liberaes, tendo estes completa liberdade de repudiar a Carta, com a qual a Causa Monarchica nada tem que ver, e completa independencia de propaganda e de organização. Se assim não fosse, o namoro feito aos legitimistas e integralistas e as promessas de imparcialidade e lealdade que veem desde as reuniões preparatorias do grande centro monarchico (1921), não passariam de grosseiras mistificações.

A unidade da Causa monarchica só é possivel nestas bases, bases perfectamente legitimadas pelas palavras do Logar-Tenente de El-Rei publicadas em 12 de maio de 1921, pela interpretação que ao Pacto de Paris deu o sr. Aires de Ornelas em 1922, e pelo documento firmado pelo mesmo senhor e entregue aos signatarios da mensagem de 8 de Dezembro, em 17 de Janeiro de 1924.

*
*
*
Canta depois «O Dia» louvores em todos os tons ao «24 de Julho» e já Carta Constitucional. Está no seu direito e está no seu papel. Não podemos trazer para aqui

ACÇÃO REALISTA

uma dissertação histórica sobre o «24 de Julho» nem uma discussão jurídica sobre a Carta Constitucional. Só não compreendemos como é que, sendo «O Dia» paladino dos principios democraticos e portanto do conceito de que a opinião das maiorias é que deve prevalecer como boa, acha legitimo o triunfo das hostes do imperador do Brasil D. Pedro I, quando os partidarios desse principe eram em numero tão reduzido que o sabio professor sr. Manuel de Oliveira Ramos — que não pode ser apodado de reaccionario — afirmava, com a sua alta competencia, no «Diario de Noticias» de 24 de julho ultimo, que «a provincia, como o país, era miguelista». Como se desinvencilhará «O Dia» disto? Podemos afirmar sem receio que o numero de liberais em 33 era muito menor que o de republicanos em 910, e comtudo «O Dia» chama usurpadores a estes e não àqueles. Onde para aqui o seu criterio democratico? Confessamos que não percebemos. . .

Não percebemos tampouco — isso decerto por deficiencia nossa — onde estão as excelencias da Carta perante a miseria da Constituição de 1911. Temos estudado alguma coisa uma e outra. Temo-las confrontado bastas vezes. Nunca notámos nesses estatutos diferenca profunda que não fosse, num, um «presidente da republica hereditario», e no outro um «monarca a dias» . . .

Antes de terminar, permita-nos «O Dia» que falemos um pouco de nós . . . porque assim é necessario.

Quando em outubro de 1919 a Junta Central do Integralismo Lusitano declarou que El-Rei não aceitaria uma Monarquia que não fosse a da Carta Constitucional, não hesitámos um instante em acompanhar a Junta Central do I. L., porque entendemos que servir a Carta Constitucional é o mesmo que servir a Republica. Desfez El-Rei o equívoco a que aquella declaração deu logar vindo dizer aos portugueses, por intermedio do seu Logar-Tenente que «El-Rei, desprendido do seu juramento, aceita e acata gostosamente a vontade nacional.» (12 de maio de 1921).

Esta disposição ficou expressa e oficialmente consignada no Pacto de Paris de 17 de abril de 922, e tão satisfatória a devemos considerar, nós, os nacionalistas ferozmente anti-cartistas, que o representante do ramo Miguelista da Casa de Bragança a aceitou, levando o seu Logar-Tenente a subscrever o referido Pacto.

Mas creia «O Dia» uma coisa; servimos o Rei porque servimos a Monarquia, porque servimos a Nação. Portanto, se o Rei amanhã (numa hipótese inverosimil) deixasse de servir a Monarquia para servir a Carta Constitucional, nós tornavamos a não hesitar um instante em nos collocarmos ao lado da Monarquia contra o Rei. O nosso monarquismo é assim; não vê pessoas, vê instituições. E é assim o monarquismo dos nacionalistas conscientes que militam na Acção Realista. Por esse motivo não nos interessa nada uma restauração que se limite a derrubar a republica; só nos interessa aquella que proclamar a Monarquia integral.

Veja portanto «O Dia» o perigo das suas insinuações. E' para puxar a brasa á sua sardinha? O resultado é desastroso. Estamos persuadidos que os monarchicos liberais que ainda haja neste país — quasi todos entre os 50 e os 80 anos — são incapazes de restaurar a Monarquia. Mas se o fossem, não lhe auguravamos boa sorte. Além de corroida pelos vicios democraticos que a tornariam quasi tão *boa* como esta republica, teria contra ela o exercito, os catholicos, os intellectuais e a mocidade, a mocidade mais anti-

democratica do que anti-republicana, a mocidade esperança e futuro da nossa Patria sem a qual uma Restauração morre caquetica com dois anos apenas de existencia.

Não póde ser !

A Carta, maçonica e estrangeira, imposta a este país pelas esquadras inglesas e pelas baionetas espanholas em 26, em 34 e em 47, a Carta assassina de El-Rei D. Carlos — porque foram os defensores de «pureza» da Carta que assassinaram o grande Rei — está morta e bem morta ; não pode ser restaurada. O 13 de fevereiro de 1919 foi o seu enterro de 3.^a classe.

El-Rei, que é rei de Portugal não por ter jurado a Carta mas por ser neto de D. João VI e neto de D. João I, *aceitará gostosamente* o estatuto que a vontade nacional lhe indicar. Ora sete seculos de vontade nacional não podem estar á mercê de meia duzia de caciques da provincia e de dois jornalistas de valor.

Cada vez estamos mais convencidos de que o grande empecilho á restauração da Monarquia não é a Republica, é a Carta . . .

A Causa monarchica cheira a môfo. Precisa ser arejada e limpa. E a limpeza deverá começar por se atirar a Carta Constitucional para o cesto dos papeis velhos.

E' assim que pensa a Acção Realista, movimento que não abdica do seu pensamento e que nasceu da mensagem de 8 de Dezembro de 1923, o mais inteligente e o mais eloquente sinal de vida que a Causa monarchica deu nos ultimos tempos.

A Acção Realista não quiere ser conivente na crise que a Causa monarchica atravessa por culpa dos seus dirigentes ; e por isso protesta, chama á boa doutrina os homens de boa fé, e aponta desassombradamente o caminho da verdade.

Caetano Beirão.

EXPEDIENTE

Iniciaremos em breve a cobrança das assignaturas. Fazemos notar a todos os nossos amigos que a cobrança pelo correio representa uma despesa que pode ser evitada com facilidade, se nos fôr enviada espontaneamente a importancia das assignaturas em vale do correio, cheque ou carta registada.

Ramalho Ortigão e as eleições

Meu prezado Camarada Dr. Ernesto Gonçalves :

Na Biblioléca Nacional, onde estou colhendo elementos para o meu livro em preparação—Camilo contra-revolucionário—folheando ha dias, uma colecção do jornal o Tempo de 1889, encontrei no n.º 284 de 21 de Outubro daquele ano, um depoimento tão interessante, de Ramalho Ortigão, sobre o sufrágio universal, que me não eximo á tentação de lh'o remeter, para que o meu amigo o torne conhecido dos leitores da Acção Realista, se assim o entender, no seu alto criterio.

Quando das eleições gerais que se realizáram em 20 de Outubro de 1889, o Tempo promoveu, entre os nossos homens de letras e artistas, um plebiscito, no intuito de ouvir a opinião que a élite intelectual portugueza formava, então, acérca do chamado suffragio universal.

O depoimento de Ramalho Ortigão, em resposta a esse inquerito, afigura-se-me digno de ser hoje tambem archivado nas colunas da Acção Realista, não só por constituir um curioso documento critico do panfletario das Farpas, mas, principalmente, pelo que traduz de intuição politica. quando afirma «que a funcção do governo é puramente scientifica, e tem de se basear em uma correlativa organização technica, como a da medicina, a do poder judicial, a da engenharia, etc.»

Ramalho Ortigão, que mais tarde se penitenciou de tantas paginas de demolição das primeiras Farpas, escrevendo as Ultimas, em que se revela um verdadeiro precursor da ideia tradicionalista, sob cuja bandeira nos agrupamos, deve ser já hoje considerado um dos melhores mestres da nossa geração. O depoimento que lhe remeto, e que o meu amigo poderá arrancar ao esquecimento dos papeis velhos, é mais uma prova da razão que nos assiste quando assim julgamos o seu alto espirito.

Creia-me sempre,

Seu camarada muito admirador

Fernando Campos.

DEPOIMENTO SOBRE O SUFRÁGIO POPULAR

«O suffragio popular é uma superstição moderna, pela qual os philosophos substituíram a superstição antiga do direito divino, ao reconhecer-se que o dito direito tinha cessado de se achar nos casos.

Esta nova superstição pertence á serie do *Ente Supremo, da Deusa da Rasão, da Homoeopathia, das Cartas Constitucionaes e das mezas que andam á roda.*

Ella tem evidentes vantagens sociaes. Enriquece a arte de escrever e de discursar com novas flores de rhetorica, taes como a *bisca, a plada, o calor e a trepa.* Anima a presti-

digitação, a magica branca e a chimica culinaria, por meio da empalmação dos papelinhos denominados *votos*, pela vulgarisação das caixas de fundo falso chamadas *urnas*, e pelas diversas combinações gastronomicas que determina sobre o lithurgico carneiro com batatas e sobre a symbolica pescadinha de rabo na bocca. Finalmente ella protege maternalmente o consumo da arnica, e desenvolve o gosto dos exercicios athleticos, incitando com ardor ao jogo da moca sobre a nuca do povo.

Emquanto o cerebro da sociedade não adquirir a consistencia necessaria para comprehender que a funcção do governo é puramente scientifica, e tem de se basear em uma correlativa organisação technica, como a da medicina, a do poder judicial, a da engenharia, etc., parece-me que a nossa obrigação é defender o suffragio popular, e derramar por elle toda a rhetorica que fôr precisa, a fim de que o não substituam por coisa peor.

Dentro do campo das ficções — e é esse campo que constitue o dominio de toda a politica moderna — o suffragio popular entendo eu que é a superstiçãoosinha mais catita que ahi temos.

Ramalho Ortigão.

Desgraçadamente ainda não houve classe entre nós que mais motivos tenha dado para que contra éla se grite, com mais apparencia de justiça, como a alta classe dos nobres. Não posso deixar de reconhecê-lo e confessá-lo: mas, assim mesmo, quando combino imparcialmente o pro e o contra, não vejo razão senão para declarar-me contra os individuos, reconhecendo ao mesmo tempo a importancia e a necessidade da classe.

GAMA E CASTRO (1795 1873).

TRADIÇÃO MILITAR

II

Ao assumir o comando do exercito portuguez, o marechal Beresford escreveu na sua primeira Ordem do Dia «é universalmente reconhecido que os portuguezes são liaes ao seu soberano ; obedientes ás autoridades legítimas que o representam . . . qualidades que os tornam dignos de seus antepassados e tão famosos como eles.»

Era um estrangeiro que começava a servir o nosso paiz declarando aos seus subordinados que era «um oficial portuguez».

Então, como agora, enxameavam os traidores á Nação. Os escriptos da epoca recordavam a cada passo o que se estava fazendo no estrangeiro ; havia nesse mesmo ano quem pedisse a Napoleão um rei para Portugal ; um jornalista no Porto considerava a Regencia um governo «fanatico, ilegal e nulo» ; no ano seguinte Pamplona, nas suas notas particulares, chama rebeldes aos espanhoes e desertores aos prisioneiros portuguezes de Almeida que tinham fugido. As primeiras palavras do general inglês eram um apelo nacionalista ; e ao longo das suas ordens recorda a cada passo a tradição gloriosa do exercito portuguez.

Este estrangeiro daria lições de patriotismo a esses para quem a historia de Portugal se compõe dumas tantas revoluções e da participação na guerra europeia, a esses que se não envergonham de mandar inscrever numa bandeira a data de uma conspiração fracassada ignobilmente, pois que dela saíu o regicidio.

Evidentemente uma tradição não se cria repentinamente — e muito menos com crimes.

Tambem não se cria com umas tantas recompensas que a politica faz distribuir, sem um simulacro de justificação.

A Tradição Militar Portugueza assenta, como todas, nos actos colectivos que impressionaram a imaginação popular e só podem derivar portanto das luctas em que a nação tomou parte ; no seculo passado houve duas : as invasões francesas e as guerras liberais.

Evidentemente estas ultimas, pelo seu character de guerras civis, teriam de ser excluidas duma tentativa de organização militar que respeitasse a Tradição Nacionalista.

Um dos homens que mais contribuiu entre nós para a victoria do sistema constitucional, Saldanha, assim o compreendia, e tão bem que deixou a sua espada, não a um regimento que para isso o tivesse auxiliado mas sim a infantaria n.º 1, representante do antigo regimento de Lippe em que sentára praça. Essa espada foi roubada do quartel do regimento, já depois da proclamação da republica.

A par dessas fontes principaes, duas outras ordens de factos existem que podem dar origem a tradições locais ou a tradições de corpos militares.

Certos actos que seriam de um alcance restricto, se os olhassemos pelo numero de individuos que affectaram, revestem um extraordinario colorido de heroicidade que se re-

flecte sobre a Nação inteira ; taes são, por exemplo, as nossas grandes guerras coloniais.

Por outro lado, ha alguns nomes que simbolisam por assim dizer uma tendencia ; um dado momento, a resistencia aos franceses aparece quasi assimilada num grande numero de documentos da epoca á energica acção do conde de Amarante, «o nosso Silveira».

Mas ha sobretudo em Portugal, sob o ponto de vista da Tradição Militar — e como organização que foi nossa antes que a Europa a conhecesse — a organização regional dos corpos.

A forma como a republica tentou macaquear o sistema das milicias não era de resto nova ; era até, pelo contrário, muito menos semelhante ao original do que o ensaio que foi tentado em 1834 com a organização dos «batalhões fixos». Acerca destes dizia já ironicamente um official que fôra, aliás, encarregado da sua organização : «então se julgou ser a substituição da antiga milicia !» Pensando sem duvida nas actuaes tropas, escreveu em 1913 um official que foi mais tarde comandante da divisão de Lisboa e da guarda republicana : «homens com pouca instrução, que se limitava a alguns mezes, . . . tornando-se mais perigosa que util a sua acção. . . Nunca será de mais recordar o que tem sido entre nós as tropas milicianas, quando lhes falta a disciplina».

E' que o tradicionalismo não consiste num quietismo que contempla platonicamente as glorias passadas, nem na applicação mecanica de formulas que apenas exteriormente podem semelhar a intenção de renovar o que uma longa experiencia provou ser util. E', pelo contrario, uma doutrina activa, cujos principios são tão rigorosamente assentes como o permite o metodo experimental, mas cujas applicações podem revestir formas desemeilhantes daquelas que tinham as soluções que surgiram em circunstancias não identicas. Tal é, de resto, o character de todas as sciencias de applicação. E' a unidade de metodo que conduz à diversidade de aspectos.

Por esse motivo a Tradição é intrinsecamente contrária á doutrina liberal, cujo criterio unilateral conduz a uma coleção de aspectos semelhantes que não corresponde ás realidades.

Assim se deu em ambos os casos que ha pouco citámos ; duas ideias antagonicas foram violentamente aglomeradas em obediencia a um principio politico errado. Os resultados foram identicos ; constantes perturbações tornáram necessaria uma modificação radical, mas não havendo coragem ou competencia para a fazer, num caso e noutro se introduziram alterações que nada deixáram do primitivo plano sem que nada tambem o viesse substituir.

Nem é de admirar que tal acontecesse ; o problema era insolavel. Não é compativel qualquer especie de regionalismo com a centralisação politica que faz depender tudo da maneira como é necessario tratar da administração eleitoral.

Assim do sistema miliciano só foram *aproveitados* os defeitos : diminuição de instrução militar e sobretudo de disciplina.

A disciplina social que nas antigas milicias a substituia até certo ponto, desaparecera pelos esforços dos mesmos que creavam as milicias novas, e estas já não correspondiam a uma força, eram pelo contrario um factor de desorganisação tanto mais intensa quanto estavam em situação especialmente favoravel para tal fim.

ACÇÃO REALISTA

Dos batalhões da Guarda Nacional constituíram-se quadrilhas de bandidos ; das milicias da republica resultou em França a *Mão Negra*. Numas e noutras havia officiaes ; contra umas e outras procedeu-se tarde ou não se procedeu.

O governo de Costa Cabral teve que dissolver muitos corpos de guardas nacionaes, que mantinham um estado de revolução permanente. A's milicias actuaes não foi preciso dissolvê-las, porque acabáram por as não convocar — uma especie de dissolução antecipada.

Ficou assim o exercito reduzido a um corpo permanente, desproporcionado com os seus quadros e com os efectivos que teria que enquadrar. Ficaram os quadros reduzidos na maior parte a uma formosa inacção, que acabará por os inutilisar.

A propria missão social do exercito será a curto praso inutilisada por essa situação que lhe crearam. Com efeito, a falta de eficiencia produzida pela sua excessiva redução não consentirá que ele seja nunca empregado. Estará condenado á paz — a peor situação em que se pode encontrar um exercito. Ora, durante a paz, as forças defensivas de uma nação são, directamente, um órgão apenas de consumo. Toda a sua acção activa é moral.

Um filosofo alemão, Amaron, diz que não é justo pôr em relevo os lados desagradaveis da paz armada, porque «é ela que nos garante contra o efeminamento e que opõe ao desejo desenfreado de ganhos e gosos um elemento idealista, o patriotismo.» E' esse exactamente o papel do exercito nacional, mas é preciso que ele se convença de que foi feito para a guerra ; tal convicção só lhe pode vir da confiança em si proprio e na nação de que é um órgão. Neste momento assiste ao exercito português o direito de não querer ter uma nem outra.

Podemos em resumo afirmar que a obra de traição que tenta desnacionalisar a nossa terra se exerceu funda e pertinazmente contra o exercito. Quebráram-lhe o fio da tradição, homologáram-no, reduziram-no, condenáram talvez Portugal a uma paz forçosa em todas as circunstancias. E não pode haver maior perigo nacional. «Vejo atravez da historia, diz Ruskin, as nações desenvolvidas pela guerra e diminuidas pela paz, nascidas na guerra e expirando na paz».

10-8-924.

G. de M.

ÉCOS

Antonio Enes e a Monarquia

Passou no dia 6 deste mês o aniversario da morte de Antonio Enes, que tanto se notabilizou como colonial e politico. Antonio Enes foi um jornalista distinto cuja mentalidade não se libertou dos erros de doutrina que nessa época inutilisaram tantas inteligencias e boas vontades. E, na verdade, seriam necessarios um excepcional espirito critico e uma intelligencia dominadora para poder-se escapar á infecção do ambiente liberal dessa época. Mas, apesar das espessas névoas dos erros democraticos, alguns homens desse tempo entreviram a realidade. Antonio Enes foi um desses, como prova o artigo que *O Dia* republicou, e que fôra escrito como homenagem a El-Rei Dom Carlos, no dia do seu aniversario natalicio. Fazêmos destacar as passagens mais notaveis que demonstram uma curiosa evolução do pensamento politico de Antonio Enes como, por exemplo, quando afirma que «*havia pouca monarquia, não que havia monarquia demais*». Mussolini, quando da marcha sobre Roma, disse o mesmo por outras palavras. A maneira como Antonio Enes se refere aos partidos é digna de registo e o seu respeito pelo Rei, pela superior função do poder real, merece ser salientado, atendendo à época de anarquia liberal em que essas palavras fôram escritas. Antonio Enes entreviu a verdade. No seu artigo sente-se o tédio pela atmosfera politica de então e a esperança que êle depositava em Dom Carlos não era infundada. Transcrevemos esse artigo, parte do qual pode ser incluída numa futura antologia anti-liberal:

«*Só El Rei pode salvar-nos!* é o que diz a voz publica; e neste dizer encerra-se uma homenagem e uma esperança. Porque a esperança se não realisou ainda nem foi acceto o convite da homenagem, murmura-se ás vezes; *mas murmura-se que ha pouca monarquia, não que ha monarquia de mais.* O país tem, pois, a plena consciencia, por instincto ou reflexão, dos serviços que lhe presta a Corôa. Sabe que é ela que lhe conserva a ordem e a tranquillidade, condições primarias de todos os bens e e todas as melhorias sociaes. Pensa, com susto que faria dela a politica, com as suas paixões e ambições insofridas de leis, se a Corôa lhe não impuzesse respeito, e não fôsse um forte elemento de estabilidade e continuidade oposto á furia de fazer e desfazer que desvaira os partidos. Reconhece que o trôno é fiador da propria independencia nacional, que não resistiria a um antagonismo de instituições com vizinhos cobiçosos e aliados poderosos, e tem já visto que se a sua gloriosa historia secular o faz considerado no conselho das nações, mais o atende esse conselho

por o representarem príncipes, parentes e amigos doutros príncipes que ainda conservam a hegemonia do mundo. E se todos esses serviços tem Portugal que agradecer, e agradece, aos seus soberanos, cremos que ainda lhes deverá outro mais assignalado; se algum dia fôr preciso, e ha de sê-lo; que um pulso viril ampare o paiz n'uma quêda, ver-se ha que cabedaes de energia e decisão tem em reserva o character do Rei em cujas veias corre o sangue de D. Pedro IV e de Victor Manuel!

El-Rei ainda agora principiou a fazer a sua historia, que Deus ha de querer que seja extensa e gloriosa. Que Deus o favorece com especial magnificencia, vê-se pela esposa que lhe destinou, assignalando-lha pela coincidência da data do nascimento.»

Vida Literaria

O nosso colaborador José Osório de Oliveira, além dum drama em trez actos, «*Luz dos meus olhos*», e duma novela, «*O amor sem amor*», tenciona publicar na proxima epoca literaria um livro que intitula «*Trez conferencias que nunca foram ditas*» e em que reúne as conferencias que deviam ter sido ditas no Brasil, em Lisboa e em Madrid, respectivamente «*A verdadeira literatura portuguesa*», «*Literatura Brasileira*» e «*A Espanha na moderna literatura portuguesa*». Além disso, José Osório de Oliveira pensa em lançar nessa época, de colaboração com Castello Branco Chaves, uma publicação periódica de critica literaria que se chamará «*Mesa censória*» que, em cada número, fará o processo dum escritor em evidência, cabendo a um dos redactores a defeza e ao outro o ataque, nesse verdadeiro tribunal das letras.

Revoluções

Ficou abortada mais uma revolução. Mas, afinal, que desejavam fazer esses revolucionários? Qual o seu programa? Não se sabe bem! Do que a gente tem a certeza é de que êles queriam apossar-se do poder, e utilizá-lo em miseraveis interesses de facção. Porém, a nação continúa abandonada, sem um Estado que a defenda, a organize, e seja um instrumento de civilização espiritual e material. Cada vez mais nos afundâmos numa baixa decadencia. A anarquia corrói tudo. Portugal, traído pela Republica, é um desterro dos portugueses. E' necessário uma revolução profunda, que saia das proprias entranhas da nação e atinja o Estado, restaurando-o nos moldes portugueses, que, sendo tradicionaes, o transformarão num instituto vivo e fecundo. Mas quando? A nossa vez—a hora de Portugal—ha de chegar!

Os mutilados teem fome!

Há dias no Parlamento, enquanto os deputados se entrelinham com discussões inúteis e o fumo dos cigarros se elevava numa atmosfera de preguiça, um vulto mutilado, belo como uma aparição trágica, elevou-se numa galeria e exclamou:

— Os mutilados da guerra teem fome!

Houve um pânico na sala. Os deputados entreolharam-se e talvez um súbito clarão de remorso lhes tivesse iluminado por momentos as suas pequeninas almas de portugueses sem alma portuguesa. Essa scena vale como um símbolo. Não é um episodio que se apague na poeira dos dias fugazes. No meio da loucura dos politicos, essa fraze do soldado mutilado é como um grito de crucificação. A Republica deforma a nossa Patria e, sendo um regime sem nenhuma essencia nacional, sem verdade portuguesa, sufoca todas as aspirações do nosso povo e esquece os que serviram a nossa terra e por ela deram a sua vida. Os soldados, que foram mutilados no serviço da nossa Patria, que se bateram estoicamente no sacrificio inutil da Grande Guerra, são as mais nobres vítimas, — os que mais sofrem. Serviram a Patria e são agora obrigados a mendigar. Os republicanos facilmente os esqueceram, — depois de lhes ter exigido o seu martirio para que uma politica criminosa de partido vencesse. Agora que esses soldados para nada servem — que importa que eles tenham fome? O que é necessário é que os republicanos tenham sempre a sua meza bem farta e a vida lhes corra amável e descuidosa...

Nossos irmãos mutilados da Grande Guerra! A que miseria moral descemos para que eles não tenham o premio do seu sacrificio e o orgulho de verem o seu martirio respeitado pela Patria! Para nós, que sabemos ver no seu rigor scientifico a mentira da democracia, este infame abandono a

que foram votados os mutilados da guerra não nos assombra. Mas deve ser para os que não possuem o estudo lucido dos problemas politicos, uma prova evidente de que a Republica é um regime anti-português. Que accusação mais grave pode ser lançada à cara destes politicos que nos tráiem, do que esse grito do soldado mutilado? Teem fome os mutilados da guerra, — mas tambem se advinha que eles, que cumpriram o seu dever de portugueses, devem sentir-se como exilados numa Patria dominada por politicos que não conhecem a alma profunda da nossa raça. E, enquanto os mutilados da guerra passam fome, os politicos enriquecem, possuem automovel e levam uma vida de vencedores! Não são só eles que foram esquecidos e ingratamente abandonados. Tambem a nossa terra, nos seus superiores interesses de Espirito e de Riqueza, é continuamente traída pelos que se esquecem de ser civilizados e portugueses e que, em pleno seculo XX ainda pensam como no seculo XIX. Se o martirio dos mutilados da guerra é escarnecido pela ingratidão da Republica, é pelo contrario venerado pelos portugueses verdadeiros que lutam pela restauração e grandeza de Portugal.

Gralhas

De tal maneira nos habituámos a transigir com as incorrecções tipograficas que nunca fizemos as emendas necessarias. Os nossos leitores devem, no curso da leitura, ter surpreendido muitas dessas irritantes *aves* que se aninham nas nossas colunas. Mas aquelas que mais nos irritam são as que pousam na nossa revista, discretas e maliciosas, dissimulando a sua presença... No nosso ultimo número dissemos, que o Capital, com o regime liberalista, se hipertrofiára, mas uma *gralha* afirmou que se hiperatrofiára... Que os nossos leitores sejam benévolos!

MORRO SEM ACREDITAR QUE AS INSTITUIÇÕES DEMOCRATICAS CONVENHAM Á VELHA EUROPA.

ALEXANDRE HERCULANO.

EQUIVOCO VULGAR

«O NACIONALISMO PORTUGUÊS VEM DE FRANÇA!»

O sr. dr. Agostinho de Campos é um portentoso campeão da pureza da lingua portuguesa. Tão longe, e por taes caminhos, vae elle aos seus moinhos que reuniu em tres massiços volumes da *Antologia Portuguesa*, por elle e bem organizada, as mais variadas, estopantes e estopadas larachas de alguns paladinos da lingoagem, — coitadinhos, tão paladinos d'ellas como dos bons costumes da sociedade de todos em geral, e do bom nome de cada um em particular !

A gente ri-se, quando, ao folhear os volumes, vê, entre os seus favorecidos e occasionaes collaboradores, certos paladinos da virgindade da lingua. Pobre lingoa, se não tivesse a sua virgindade melhor guardada e conservada ! Estes paladinos — paladinos da «parola» — lembram os celebres «guitas» alfacinhas, que, segundo a lenda local, foram fardados de virgens na procissão do Centenario de Santo Antonio.

Não sei de quem mais tenha posto em letra redonda quaisquer motes pela honra e bom nome da lingoa tão viuva de affectos. Se alguém m'os apontar, prometto enviá-los ao sr. Agostinho de Campos, para augmento da galeria dos paladinos, e reforço da verba palavreira em defesa da nossa lingua.

O encarecimento de uma missão a que dedicadamente nos votamos, faz-nos muitas vezes, sem darmos por isso, Quixotes da nossa ideia fixa. No meio dos bons serviços a contar, o dr. Agostinho de Campos caíu no ridiculo de andar á procura de paladinos para colleccionar, quando bastava meia duzia de valores authenticos, e o trabalho e contribuição d'elle, coleccionador.

Elle paladino, sim. Coisas certas, muitas. Mas coisas sem casaca nem collete branco dos dias grandes e das grandes attitudes, como a mór parte dos coleccionados. Falta-lhe a gomma, para ser mestre de ceremonias. E' um paladino sem pompas, alheado de tudo no cumprimento do que marcou por sua missão. Ainda bem, que assim é. De alguns delizes se refaz na grossa pancadaria, que tem distribuído pelos contrabandistas da lingoagem. Nunca as mãos lhe dôam. Bem haja.

Na reconstrução nacional como no policiamento das qualidades que são nosso patrimonio de familia, o dr. Agostinho de Campos é um operario magistral, e bom obreiro do nacionalismo extreme. Tão nacionalista, quando, a proposito da «Conversão de Guerra Junqueiro» (*Lusitania*, II, p. 236), diz que a *Patria* se poderá chamar um «breviario de regicidio» dirigido contra El Rei D. Carlos, — como o é, quando se bate pela sua dama a Lingoa Portuguesa.

O espirito do dr. Agostinho de Campos é de uma critica miudinha de collar de missanga, acerta frequentemente, a maior parte das vezes mesmo, quando faz apreciação

ACÇÃO REALISTA

critica ou simples commentario de trocadilho e troça. Move-se em torno do objecto da sua attenção, e dá-nos o aspecto de minucia em ar pequenino de objecto a distancia. E' um miniaturista de analyse.

Veja-se por exemplo a serie do seu «Comentario leve da Grande Guerra», que vae no quarto volume, e é em verdade um conjunto de chronicas miudas e rapidas, com interesse seu de momento. Neste quarto volume, o recente trabalho intitulado *Latinos e Germanos*, evidencia esta apreciação superficial, e rapida, e fortuita ao acaso do dia ; só a «5.ª Parte», agora que terminou a guerra das armas, tem oportunidade, — com o titulo edificante de *Latinismo e Galicismo*.



Errare humanum est, e o bom Horacio ensina pelos seculas fóra, com taboleta de grandiosidade classica, a comesinha verdade, que dita em latim tem honras reaes.

Pugnando pela lingua nacional, revoltando se contra as barracas de feira, que a mascaram nestes contemporanismos barbaros, vae ás vezes a excessos, que ficam mal em um critico de nacionalismo, um nacionalismo integral tão grande que vae até o cuidado extremo da inteireza da lingua nacional, o melhor patrimonio das gerações portuguezas, que nos antecederam na terra, e no tempo, e na unidade das tradições.

No capitulo citado — *Latinismo e Galicismo*, — o autor dos *Latinos e Germanos* condemna a mania do *francesismo*, dos que esquecem o latim para aprenderem o *francú*; e ennumera o *caminho francês* para S. Tiago de Compostella, que teria criado o adagio secular: *em caminho francês, vende-se mau gato por boa rês*; lembra a mais recente *roupa de Francêses*. E verbera a nossa posição de gatinhas deante do francesismo envolvente, inebriante, triumphante, absorvente.

«Esquecemos miseravelmente que a França aprendeu a literatura com a Italia e com a Espanha — e que estas duas mestras, nossas mais irmãs do que a França quasi totalmente ignoradas de nós (tal a cegueira espojada e extatica do nosso culto galicano) ainda teem muito que ensinar, a nós e a todos.» (*Latinos e Germanos*, pag. 289-290).

A seguir acrescenta, com um pensamento que nos dá, a nós da pugna nacionalista, a razão justificadora e dirigente da ideia politica. E assim se vê a directriz nacionalista do dr. Agostinho de Campos, atraz evocada.

«Esquecemos com gravissimo dano que a politica nacional se aprende principalmente com a propria nação, estudando o seu passado e o seu presente, as suas tradições e ansiedades, emendando umas nas outras, entretecendo umas com outras, em vez de cortar o fio da existencia propria, com o proposito louco e suicida de enxertar nêle a vida politica alheia, traduzida á pressa e mal.» (*Latinos*, p. 290).

Isto é em poucas palavras um excellente quadro de costumes. A importação do material francês, da ideia francesa, da taboleta francesa, trouxe com os meninos de França e com a batata francesa, no mesmo destino e na mesma encomenda de porte, o *agent d'affaires* e a mesmissima politica de parlamentos, e a soberania do povo, que só é so-

berano para pagar tudo que deve elle, e que devem os outros que são seus vassallos felizes.

«Liberais vintistas — continua ele — truculentos e parvos (nunca as mãos lhe doam), de olhos fitos nos menores ademanes revolucionarios de França, e cegos como paredes para o que se passava e sentia no proprio país, e na sua mais adiantada e vasta colonia de além-mar; literatos e políticos românticos, como Pinheiro Chagas, hiperbolizando em Paris que a França ateia incendios, *mais c'est elle qui brûle et le monde qui est éclairé*; escritores naturalistas, esquecidos de aprender a lingua em que escreviam, teimosos em ignorar e desprezar o país que os lia, e sôfregos sómente para a ingestão do cozinhar do literário francês» . . . (*Latinos* . . . p. 290).

Até aqui vae muito bem, e em futura edição pode o sr. Fernando Campos incluir a deixa nos seus «Mestres da Contra-Revolução». Agora é que principia mal. E' o equivoco vulgar, que um homem intelligente, sem o ver, adoptou tambem. E, se é desculpavel nos ignorantes, e nos parvos, e nos pescadores de aguas-turbas, não tem desculpa um homem de cabeça no seu logar, e sobre tudo paladino do nacionalismo por via da intelligencia e da lingua. Levado pela sua indignada e justa phobia pelo *franciú*, finalizou-se no endeusamento da meta fixa, a attingir, e não olhou para o lado. Mas vejamos a sequencia.

. . . «*jovens políticos nacionalistas de agora, que mandam vir de França, em pacotes postais, o proprio nacionalismo português, marca Maurras e Daudet* . . . (p. 291).

De forma que nos incluye a nós tambem na «burguesia letrada, todo este escol literario e politico», para concluir que «elle não tem feito nem faz outra coisa, senão trazer Portugal para francês, que o mesmo é que destruir Portugal.» (p. 291).

*

* * *

O dr. Agostinho de Campos só olhou para o liberalismo, e achou que liberalismo e nacionalismo português eram dois jumentos á mesma manjadoura, — a França. Não lhe façamos a injuria de supor que não conhece, critico espirito que é o seu, a origem, evolução e expansão do que se chamou, bem ou mal, o *Integralismo Lusitano*. Ou foi o receio de o tomarem por um reaccionario de essa marca, ou para agradar a essa burguesia *franciúsada*, que veste pelas revistas de Paris, e pensa pelos pensamentos de França já trazidos como os meninos, despachados já promptinhos a servir, e com os olhos abertos, e pulmões a gritar.

O nacionalismo português tem a procedencia original de França, isso tem, mas não na sua essencia ou realizção. A directriz da contra-revolução vem de Maurras e Daudet, mas só na ideia. Daudet e Maurras affirmáram na sua obra de philosophia politica, espalhada hoje em todo o mundo, que a contra-revolução é a victoria dos nacionalismos,

uma vez que a Revolução tinha sido a unificação política, universal, ou a redução de todos os nacionalismos á unidade, não nacionalista, mas cosmopolita.

Ora, aplicar em si a doutrina a Portugal é «traduzir Portugal para francês»? Em que se parece o nacionalismo português com o nacionalismo francês? Comparem-nos. Só o nome. Só a sobreposição de ideia, unidade de doutrina. O nacionalismo impõe as formulas politicas proprias de cada nação; Portugal tem a sua feição; a França tem a sua; tem a sua a Italia; a realização de cada um de estes povos, parallelos na sua directriz, leva-os á differenciação mais completa, portanto ao individualismo proprio das suas tradições nacionaes. Cada um por si.

Ainda ha pouco, em poucas palavras, na *Epoca*, o dr. conselheiro Fernando de Sousa disse, referindo-se a Nuno de Montemór e ao seu curiosissimo romance politico *Flávio*: «Mal sabido (Flavio, o protagonista) dos bancos da universidade, professa os ideaes nacionalistas, que repudiam a mentira liberal e contra elle reagem vigorosamente, propugnando o regresso á tradição nacional, adaptada ás modalidades do presente». (*Epoca*, 17-VII-924).

Será isto francesismo, a aplicar como figurino a Portugal, exactamente como o liberalismo de 20? Vejam lá!

Modificar assim o pensamento, como neste deslize o fez tambem o dr. Agostinho de Campos, é proprio de philosophos de escada com porta para a travessa, e dos plumitivos que por ahi escrevem no papel, como podiam escrever em solas de sapatos concertados.

Já o Eça chamára a Portugal «um país traduzido do francês em calão». E, em outro logar, fallando do Brasil (*ultima carta de Fradique Mendes*): «No dia ditoso em que o Brasil, por um espaço heroico, se decidir a ser brasileiro, a ser do *novo-mundo* — haverá no mundo uma grande nação», (e justifica-o bem), porque «vale mais ser um lavrador original do que um doutor mal traduzido do francês». (*Ultimas Paginas*).

Ora, é quanto queremos. E' ser *franciú*? E' traduzir Maurras em português! Affirmá-lo é negar a individualização das tradições nacionaes de Portugal, que, a vencerem e a impôrem-se, nacionalizarão Portugal em costumes, ideias, politica e lingua proprias, só suas. Lingoa tambem, sr. Dr.!

E, já agora, acabemos com o Eça: — «E a sapiencia, tanto como a Graça, conservava a alma limpa do mal» — dizia o D. Abbade a D. Ruy de Valladares, pae de S. Frei Gil (Id. 282).

Luís Chaves.

O Parlamento e a Nação

O parlamentarismo faliu. O seu processo está feito ha muitos anos. A sua essencia doutrinaria e os principios em que ele se baseia, não resistem a uma analyse serena, positiva, rigorosa. Os factos, que formam a sua historia no nosso país, veem ilustrar, duma maneira concreta, as ideias dos que combatem o parlamentarismo, demonstrando o vácuo da doutrina em que assenta, e o divorcio, que ele estabelece, entre a Nação que vive, pensa e produz, e o Estado acéfalo, mole, sem autoridade e pensamento nacional.

O nosso nacionalismo condena o Parlamento e vê nessa instituição democratica uma mistificação, a victoria dos partidos contra a Nação, o eclipse do interesse nacional esmagado pelos interesses estreitos das facções. Desde os principios do seculo XIX o nosso paiz conhece a influencia nociva do Parlamento. Em nome do individualismo que, num deboche romantico, percorre o seculo XIX, destruíram-se as instituições essenciaes, fundamentaes, da nacionalidade. As corporações foram dissolvidas para que o individuo dominasse em toda a sua liberdade sentimental e anarquica. Os municipios perderam as suas caracteristicas, a sua vida local, autonoma, as suas liberdades que os transformavam em pequenos centros de vida activa, em focos de trabalho fecundo. Mousinho da Silveira, com a sua inteligencia envenenada pelas doutrinas liberais, não sentia a realidade da Nação — e, destruindo, obedecendo a abstrações, converteu toda a nossa terra num campo uniforme onde se agitava uma multidão de individuos sem eira nem beira. Mas não se pode lutar contra a realidade sem que esta se vingue. O parlamentarismo foi implantado no nosso país para satisfazer a loucura ideologica de sonhadores imbecis, mas a Nação, desintegrada do Estado, continuou a sua vida, isolada, numa continua germinação de energias, que se dispersam sem acharem um forte nucleo director, um órgão supremo, que as unifique e oriente.

Perdoemos à memoria dos que lutáram pelo parlamentarismo com uma ingenuidade de idealistas. Se considerarmos as suas intenções, mesma o seu patriotismo romantico, flutuante e contradictorio, esses utopistas devem ser olhadòs com simpatia. Erráram — porque o ambiente intelectual dessa epoca não lhes deixou ver a verdade. Muitos se desiludiram, mas não souberam ver a essencia do seu erro, attribuindo à falta de caracter, à baixeza intelectual e moral dos homens, o que era a consequencia duma doutrina falsa.

Caso curioso, que merece ser evocado, como um sintoma profético ; o primeiro Parlamento, eleito em 1835, com a Carta em vigor, teve uma acção tão perniciosas que foi ameaçado de ser dissolvido. . . Esboçava-se a luta entre o Parlamento, que se agita na anarquia irresponsavel e estúpida das assembleias, e a Nação que possuia um débil órgão de defeza no Rei constitucional.

Desde essa data o conflito tem continuado — e nos nossos dias o divorcio entre o Parlamento, onde se aglomeram individuos que nada representam, simples delegados dos partidos parasitários, e a Nação, é bem evidente e claro. Já não é preciso collocarmos o problema no plano doutrinario. Bastam os factos para ilucidarem este problema gravis-

simo de que depende o nosso futuro. A um país que necessita de autoridade fecunda e coordenadora, ordem, um alto pensamento português, uma forte organização, e o início duma politica de salvação publica, de interesse nacional, — o Parlamento responde com o miseravel espectáculo da sua incompetencia e das mesquinhas intrigas de partido! O Parlamento é, assim, a síntese da vida politica entregue aos partidos. O Estado, que devia ser o órgão soberano do interesse nacional, tornou-se o premio dos que vencem nessa criminosa mistificação da urna . . .

Mas se o Parlamento, até hoje, só deu provas de incompetencia, se ele não deve ter as atribuições que possui, e se o processo da sua organização é falso e anti-nacional, — porque vive ainda? Todos nós sabemos que, na vida politica e social duma nação, conseguem existir, já mortos, certos organismos que se colocam como obstaculos aos seus destinos historicos. Entre nós, desde ha muito está formada a certeza de que o Parlamento é nocivo e uma falsa representação nacional. Na vida do nosso país nada representam esses partidos completamente cegos para o interesse nacional. Tudo o que, na nação, constitue Espirito, Inteligencia e Produção — isto é, as forças superiores da nossa civilização — encontra-se á margem, abandonado pelo Estado, levando assim uma vida quasi estéril e pouco fecunda para a nossa terra. O Parlamento ainda vive, — porque ainda não chegou a hora da revolução nacional que já se formou no pensamento das novas gerações portuguezas. O Parlamento é uma instituição cadaverica. Em volta dele, enquanto os partidos se degladiam, na ignorancia da hora que se avizinha, ha uma Nação que vive, que pensa e trabalha, e cujas energias tradicionaes, eternas, entráram já num periodo de gloriosa renovação. Por toda a parte, no nosso país, parece acordar-se duma longa sonolencia. A Nação, anestesiada nas suas energias pela cocaína da democracia, começa a envolver, num ambiente de força, que ha de esmagá-la, a Republica de primários e de falsos portuguezes. Uma Nação que vive e age necessita dum Estado que reflita a sua vida e a sua acção. Esta caranguejola vetusta da democracia politica tem de ser esmagada para que possamos ser portuguezes e homens do nosso tempo. Acabou-se a experiencia do regime parlamentar.

A necessidade duma nova ordem social e as exigencias nacionaes dos nossos dias asfixiam essa assembleia tumultuosa e desorientada, que é o Parlamento. Dentro dessa sala, onde ha uma atmosfera moral e intelectual puramente inferior, não se levanta o desejo, que hoje agita toda a Nação, de se restaurar as nossas energias, renovando-as no ambiente da nossa época. E' natural, é lógico que assim seja! Se o Parlamento inaugurasse o período da nossa restauração, tinha de começar por condenar-se a si próprio . . .

Ernesto Gonçalves.

BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

BANCO EMISSOR DAS COLONIAS

Séde em Lisboa: R. do Comercio — Agência em Lisboa: Caes do Sodré

Capital social Esc.: 48.000.000\$00 — Capital realizado Esc.: 24.000.000\$00
Reservas Esc.: 34.000.000\$00

Filiaes no Continente — Aveiro, Barcelos, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Chaves, Coimbra, Covilhã, Elvas, Evora, Estremoz, Faro, Figueira da Foz, Guarda, Guimarães, Lamego, Leiria, Olhão, Ovar, Penafiel, Portalegre, Portimão, Porto, Regoa, Santarem, Setubal, Silves, Torres Vedras, Viana do Castelo, Vila Real de Traz-os-Montes e Vizeu.

Filiaes nas Ilhas — Funchal, (Madeira), Angra do Heroísmo e Ponta Delgada (Açores).

Filiaes nas Colonias — (AFRICA OCIDENTAL) S. Vicente de Cabo Verde, S. Tiago de Cabo Verde, Bissau, Bolama, Kinshassa, (Congo Belga), S. Tomé, Príncipe, Cabinda, Loanda, Malange, Novo Redondo, Lobito, Benguela, Vila Silva Porto, Mossamedes, Lubango.

(AFRICA ORIENTAL), Beira, Lourenço Marques, Inhambane, Chinde, Tete, Quelimane, Moçambique e Ibo.

(INDIA), Nova Oda, Mormugão, Bombaim (India Inglesa).

(CHINA), Macau — (TIMOR), Dilly.

Filiaes no Brasil — Rio de Janeiro, S. Paulo, Pernambuco, Pará e Manaus.

Filiaes na Europa — (LONDRES) — 9 Bishopsgate E. Paris, 8 Rue du Helder.

Agencia nos Estados Unidos — New-York, 93 Liberty Street.

Operações bancarias de toda a especie no Continente, Ilhas adjacentes, Colonias, Brasil e restantes paizes estrangeiros.

MARQUES, PEREIRA & C.^a

BANQUEIROS

Depósitos á ordem e a prazo

Todas as operações bancarias

Rua do Ouro, 61

Rua da Conceição, 116-118

LISBOA

TELEgrama PERMARCO
TELEfone C. 1493

EMPRESA DE CARRUAGENS

DE

Manuel Campos

100, R. da Arrabida, 108

Tel Norte 1341

Coupés, mylords e landeaux.

Tudo o que ha de mais luxo.

Magnificas parelhas e cocheiros

bem fardados.

Carruagens para casamentos e baptisados

LUXO E BOM GOSTO

QUEREIS DINHEIRO?

JOGAE NO

Lama

R. do Amparo, 51

LISBOA

Telefone N. 4020

A ACCÇÃO REALISTA PORTUGUESA

QUERE:

A organização da sociedade tendo por células primarias a **FAMILIA**, o **MUNICIPIO** e o **SINDICATO PROFISSIO-NAL**.

A constituição d'umas **CORTES GERAES** representativas dos interesses da **EGREJA**, da **TERRA**, da **INTELIGENCIA** e da **PRODUÇÃO**.

UM REI que **GOVERNE** e escolha **LIVREMENTE** os seus ministros, **RESPONSAVEIS PERANTE ELE**:

Emfim **A RESTAURAÇÃO** d'uma **MONARQUIA** liberta de todas as mentiras democraticas, expressão fiel da **TRADIÇÃO PORTUGUESA** e do verdadeiro **INTERESSE NACIONAL**.

Monarquicos! Inscrevei-vos

na

Accção Realista Portuguesa

Rua da Barroca, 59, s. loja — LISBOA